

CIDADES

TERRAS PÚBLICAS

Representantes dos loteamentos Lago Azul e Vivendas Bela Vista se reúnem com o governo federal para discutir a regularização das terras

O primeiro encontro

HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

Quase um mês após a assinatura do convênio entre a União e os moradores dos condomínios Lago Azul e Vivendas Bela Vista, representantes dos parcelamentos e técnicos do governo federal se reuniram ontem pela primeira vez para debater a melhor forma de regularização fundiária das terras. O encontro foi realizado na Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU). A presidente da União dos Condomínios Horizontais do DF e Associação dos Moradores (Única), Júnia Bittencourt, entregou à GRPU o estudo e relatório de impacto ambiental (Eia/Rima) dos condomínios e pediu a concessão da licença ambiental para os parcelamentos.

A Gerência Regional de Patri-

mônio da União vai encaminhar o Eia/Rima ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Iba-

ma), que analisará o documento e decidirá se concede a licença ambiental ou se os moradores terão que reparar possíveis danos causados ao meio ambiente.

Participaram da reunião o assessor da Secretaria de Patrimônio da União, Paulo Valério Silva Lima, o gerente regional de Patrimônio da União no DF, Carlos Guedes, advogados da GRPU e a presidente da União dos Condomínios Horizontais do DF e Associação dos Moradores (Única), Júnia Bittencourt. "Manifes-

tamos nossa preocupação com a modalidade que será utilizada para a venda e o preço que será cobrado pelos imóveis. Mas essas discussões só serão aceleradas após a concessão da licença ambiental", explica Júnia.

Decisão

O condomínio Privê Morada Sul – Etapa C, que fica no Paranoá, está proibido de dar prosseguimento ao parcelamento do solo. A decisão, em julgamento unânime, foi proferida na última segunda-feira pela 5ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Ainda de acordo com a decisão judicial, os condôminos terão que restaurar o meio ambiente e o solo da área. A ação civil pública é de autoria do Governo do Distrito Federal, que argumentou que o condomínio parcelou terras públicas sem a aprovação do loteamento.

DEBATE NA CÂMARA

A Câmara Legislativa promove hoje, às 15 horas, uma sessão para debater questões relacionadas aos condomínios do Distrito Federal. Na pauta do encontro estão a regularização dos parcelamentos, a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e a da taxa de iluminação pública nessas áreas. A sessão foi proposta pelo presidente da casa, deputado Fábio Barcellos (PFL) e organizada pela Federação dos Condomínios Horizontais do DF. Foram convidados para a sessão o secretário de Fazenda, Valdivino de Oliveira, a secretária de Habitação, Diana Meirelles, a presidente da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), Maria Júlia Monteiro, e o presidente da Companhia Energética de Brasília (CEB), Rogério Villas Boas.